

Formação do Pessoal Especializado no Brasil e a Escola de Educação Física do Exército

Prof. INEZIL PENNA MARINHO

(PROFESSOR CATEDRÁTICO DA ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DA UNIVERSIDADE DO BRASIL E TÉCNICO DE EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE).

A PRIMEIRA tentativa no Brasil para a criação de cursos especializados com a finalidade de preparar professores de Educação Física data do Império, de 1882, e seu autor foi Ruy Barbosa, na qualidade de relator do célebre projeto n.º 224, relativo à reforma do ensino primário, e várias instituições complementares da instrução pública. Depois de longa e fundamentada exposição, Ruy reduziu desta forma o pensamento do projeto:

1.º — Instituição de uma seção especial de ginástica em cada escola normal.

2.º — Extensão obrigatória da ginástica a ambos os sexos na formação do professorado, nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher, a harmonia das formas femininas e as exigências da maternidade futura.

3.º — Inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio, e depois das aulas.

4.º — Equiparação, em categoria e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas.

Os itens 1.º e 4.º dizem respeito, fundamentalmente, à formação do professor de Educação Física e à equidade de tratamento em relação aos demais professores.

O projeto de Ruy não encontrou o apoio que seria de desejar e, nessas condições, o problema ficou adiado.

Coube a Jorge de Moraes, deputado pela província de Amazonas, já em plena vigência da República, voltar ao assunto, apresentando, a 21 de

setembro de 1905, à Câmara, um projeto, cujo art. 1.º estabelecia: "Ficam criadas duas escolas de Educação Física, sendo uma civil e outra militar". Também essa iniciativa não logrou êxito.

No ano de 1906, a 5 de abril, o decreto n.º 771 do governo do Estado do Amazonas prescreve:

Art. 1.º — Fica criada uma cadeira de Educação Física, anexa à Diretoria Geral da Instrução Pública, que será provida por um professor de comprovada capacidade pedagógica e técnica.

Art. 2.º — A êsse funcionário compete:

a) — Dar lições práticas de ginástica e jogos escolares nas duas atuais escolas complementares;

b) — Fazer, uma vez por semana e em dia determinado pela Diretoria Geral de Instrução Pública, fora das horas escolares, preleções teóricas aos atuais professores das escolas da Capital, e às pessoas que para isso obtiverem permissão da mesma Diretoria.

§ 1.º — O curso dessas preleções deve abranger noções de anatomia, fisiologia, higiene e pedagogia, indispensáveis ao ensino da ginástica e demais processos de Educação Física.

Esse curso foi instalado e funcionou no ano de 1908.

Em 1907, a Missão Militar Francesa, contratada para ministrar instrução militar à Força Pública do Estado de São Paulo, funda, na referida milícia, uma Sala de Armas, destinada ao ensino e prática de esgrima, origem da Escola de Educação Física

da Força Pública, o mais antigo estabelecimento especializado de todo o Brasil, realmente fundado em 1909, quando forma os primeiros mestres de ginástica e mestres d'armas.

Aa 10 de janeiro de 1922, o Boletim n.º 453 publica uma portaria do Ministro da Guerra, criando o Centro Militar de Educação Física, destinado, entre outras coisas, a ministrar cursos de Educação Física para oficiais (primeiros e segundos tenentes), sargentos e cursos de demonstração para oficiais (capitães, maiores e tenentes-coronéis). As circunstâncias, entretanto, não permitiram, apesar da máxima boa vontade de todos, inclusive do Ministro Pandiá Calógeras, que o Centro se instalasse.

No ano de 1923, sob os auspícios da Liga de Esportes do Exército, é criado um Curso de Educação Física, para os encarregados dos desportos nas unidades militares, que também não chega a ser instalado. A Liga de Esportes da Marinha cria, instala e põe em funcionamento a sua escola de preparação de monitores cuja primeira turma é diplomada em 1927, após um curso de dois anos.

Em 1927, reeleito Deputado pelo Estado do Amazonas, Jorge de Moraes volta à tribuna da Câmara para, em brilhante discurso, defender o projeto que apresentara em 1905, lamentando os 22 anos perdidos. E' muito aplaudido e... nada mais.

Nova tentativa aparece em 1928 com a chamada Reforma Fernando de Azevedo, decreto n.º 3.281, de 23 de janeiro, regulamentado pelo decreto n.º 2.940, de 29-XI-928, cujo capítulo único, do Título I, da parte VIII, diz respeito à escola de forma-

ção do professorado especializado. O art. 452 instituía: "Fica criada uma Escola Profissional de Educação Física, destinada a preparar e a seleccionar professores de Educação Física para os estabelecimentos de ensino do Distrito Federal". O art. 454 estabelecia que o curso teria a duração de três anos. Mas, como já vinha sucedendo, essa parte do decreto não foi executada.

Em 1929, entra, finalmente, em funcionamento regular o Curso Provisório de Educação Física, sob o patrocínio do Ministério da Guerra, no qual manda o Dr. Fernando de Azevedo matricular vários professores públicos primários, aos quais foram concedidas numerosas facilidades. No ano seguinte, com os resultados verdadeiramente animadores, desse Curso, foi fundado o Centro Militar de Educação Física, transformado, em 1933, na Escola de Educação Física do Exército, instituição de onde se irradiou todo o movimento de Educação Física verificado no país.

A partir de 1931, alastra-se o movimento para a formação de pessoal especializado com uma série de cursos rápidos intensivos e de extensão, promovidos pelos Estados e municípios, verificando-se ainda a instalação das Escolas de Educação Física dos Estados do Espírito Santo e São Paulo; seguem-se os Cursos de Educação Física de Santa Catarina e Piauí, todos criados e instalados sob a inspiração de elementos militares e civis diplomados pela E. E. F. E.

Ao finalizar o ano de 1938, a Divisão de Educação Física organiza um curso de emergência para a formação de professores de Educação Física, sob o patrocínio do Departamento Nacional de Educação e com a colaboração do Ministério da Guerra, por intermédio da Escola de Educação Física do Exército, e da Prefeitura do D. Federal, por meio do Instituto de Educação. Só esse curso formou e habilitou 165 professores e 78 médicos, de um sexo e outro.

No ano seguinte, 1939, o decreto-lei n.º 1.212, de 17 de abril, coroando os esforços que, de há muito, vinham sendo feitos, cria a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, concretizando, por essa forma, o velho sonho de Jorge de Moraes e da qual os quatro primeiros diretores foram militares e mais da metade de seu corpo docente provinha da E. E. F. E. Também nesse ano, entram em funcionamento normal, autorizados por lei, o Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí e o Curso Provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina.

Em 1940, são fundados o Curso Normal de Educação Física do Estado de Pernambuco e a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, aquela ainda por influência de oficiais diplomados pela E. E. F. E. e esta última de iniciativa privada.

No ano seguinte, instala-se a Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul, também graças

aos esforços de um pequeno grupo de militares diplomados pela E.E.F.E., e, já em 1950, a Escola de Educação Física de São Carlos, no Estado de São Paulo, que dessa forma, fica com três estabelecimentos especializados, sendo dois civis e um militar.

No corrente ano, foram ainda autorizadas a funcionar a Escola de Educação Física de Bauru, no Estado de São Paulo, que ficou com quatro escolas dessa especialidade, sendo três civis e uma militar, a Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais, sob o patrocínio da Diretoria de Esportes, e a Escola de Educação Física da Universidade Católica de Belo Horizonte, a primeira a integrar uma universidade de carácter religioso.

A primeira turma de professores de Educação Física civis saiu da E. E. F. E. em 1929, quando ainda funcionou o Curso Provisório de Educação Física, sob a direcção do Tenente Ignácio de Freitas Rolim. Até hoje a E.E.F.E. diplomou 2.668 especialistas em educação física, sendo 243 civis. Todas as escolas de Educação Física do país, inclusive a da Universidade do Brasil, possuem mais de 50% de seu corpo docente masculino egresso da Escola de Educação Física do Exército.

Rendamos, pois, as nossas justas homenagens à Escola de Educação Física do Exército, à qual tanto deve a nossa juventude, que desponta para o dia de amanhã, cheia de força e de vigor.